

Ajuste Direto
05-SGME-2025

Aquisição de serviço de suporte e manutenção (corretiva e evolutiva) dos sites da plataforma
***Masterlink* para o ano de 2025**

Caderno de Encargos

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviço de suporte e manutenção (corretiva e evolutiva) dos sites da plataforma Masterlink para o ano de 2025.

Cláusula 2.ª

Preço base

1. O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações objeto do presente procedimento, é de 25.000,00€ (vinte e cinco mil euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, com o seguinte escalonamento:
 - Serviços de suporte continuado e manutenção corretiva (suporte continuado e serviços de consultoria funcional, *scripting* e integrações), até ao valor máximo estimado de 5.200,00€ (cinco mil e duzentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondente a uma bolsa de 80 horas, com uma distribuição mensal de horas similar, no prazo contratual, com valor máximo estimado de 65,00€/hora, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
 - Serviços de manutenção evolutiva (novos desenvolvimentos funcionais), até ao valor máximo estimado de 19.800,00€ (dezanove mil e oitocentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondente a uma bolsa de 360 horas, no prazo contratual, com o valor máximo estimado de 55,00€/hora, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
2. O pagamento da bolsa de horas de manutenção corretiva, será efetuado em prestações mensais de igual montante, após a ativação dos serviços.
3. O pagamento da bolsa de horas de manutenção evolutiva, será efetuado em prestações de montante variável em função dos desenvolvimentos efetuados, mediante apresentação e validação dos respetivos relatórios de serviço.

Cláusula 3.ª

Prazo e vigência do contrato

1. O contrato a celebrar entra em vigor após a data da sua assinatura e termina a 15 de dezembro de 2025.
2. O contrato manter-se-á em vigor até total cumprimento do mesmo, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.

Cláusula 4.ª

Local da prestação de serviços

1. Os serviços a efetuar pela entidade adjudicatária serão prestados nas instalações da Secretaria-Geral da Economia, em processo de extinção, por fusão, na Secretaria-Geral do Governo (nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 43-B/2024, de 02.07 e DL n.º 114-B/2024, de 26.12), sitas na Av. da República, n.º 79, Lisboa, ou, em alternativa, através de acesso remoto, sempre que a mesma se verifique viável.
2. Em virtude do referido processo de extinção, por fusão, da Secretaria-Geral da Economia, pode ocorrer a alteração do local da prestação para as instalações da entidade que lhe suceda nas suas competências.

Cláusula 5.ª

Especificações técnicas e obrigações da Entidade Adjudicatária

1. A entidade adjudicatária obriga-se a executar o objeto do contrato nos termos das especificações técnicas constantes do Anexo ao caderno de encargos, que faz parte integrante do mesmo, de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o know-how, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.
2. Para além de cumprir com as especificações técnicas indicadas no referido anexo ao presente caderno de encargos, constituem ainda obrigações da entidade adjudicatária:
 - a. Recorrer a todos os meios humanos, materiais e técnicos que sejam necessários à execução do contrato de forma regular e contínua e com os níveis de qualidade de serviço adequados;
 - b. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante, o facto que torne total ou parcialmente impossível a presente execução dos serviços, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;
 - c. Cumprir com as condições fixadas para a execução do contrato, agindo com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
 - d. Toda e qualquer alteração, no que respeita aos serviços contratados, carece de uma aprovação prévia por parte da Secretaria-Geral do Ministério da Economia.

Cláusula 6.ª

Obrigações da Entidade Adjudicante

Constituem obrigações da entidade adjudicante:

- a) Pagar, no prazo acordado, as faturas emitidas pela entidade adjudicatária, em conformidade com as condições de pagamento estabelecidas no presente caderno de encargos.

- b) Nomear o gestor de contrato e o seu suplente nos termos do n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP, responsável pela gestão do contrato, a celebrar ao abrigo do presente procedimento, e comunicar quaisquer alterações dessa nomeação.
- c) Monitorizar a prestação de serviços, no que respeita às condições da prestação e aplicar as devidas sanções em caso de incumprimento.

Cláusula 7.ª

Preço contratual e condições de pagamento

1. Pela prestação dos serviços objeto do procedimento, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar à entidade adjudicatária o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, que não pode ultrapassar o preço base previamente estabelecido.
2. O valor referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Secretaria-Geral, incluindo as despesas de transporte, seguros, encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças da responsabilidade da entidade adjudicatária.
3. A faturação será faseada, sendo as quantias pagas da seguinte forma:
 - a) O pagamento da bolsa de horas de manutenção corretiva, será efetuado em prestações mensais de igual montante, após a ativação dos serviços.
 - b) Por seu lado, o pagamento da bolsa de horas de manutenção evolutiva, será efetuado em prestações de montante variável em função dos desenvolvimentos efetuados, mediante apresentação e validação dos respetivos relatórios de serviço.
4. Desde que devidamente emitidas as faturas serão pagas no prazo de 30 dias, após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.
5. Dado estar em curso o processo de extinção, por fusão, da Secretaria-Geral da Economia, na Secretaria-Geral do Governo, as faturas deverão ser emitidas em nome de Secretaria-Geral do Ministério da Economia/ Secretaria-Geral do Governo, com referência ao número de identificação fiscal n.º 600 088 103 e ao número de compromisso constante do contrato e devem ser remetidas para o Portal da Fatura Eletrónica da Administração Pública – FEAP: endereço <https://www.feap.gov.pt/>, onde a Entidade Adjudicatária deve estar inscrita.
6. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar por escrito à entidade adjudicatária, os respetivos fundamentos, ficando esta obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de novas faturas corrigidas.

7. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas serão pagas através de transferência bancária, após a verificação dos formalismos legais, em vigor, para o processamento das despesas públicas.
8. O atraso no pagamento das faturas confere à entidade adjudicatária o direito de exigir juros de mora, nos termos legais.

Cláusula 8.ª

Revisão de preços

Não é permitida a revisão dos preços propostos, em circunstância alguma, durante a execução do contrato.

Cláusula 9.ª

Gestor do Contrato

1. A Entidade Adjudicante designará um gestor do contrato e um gestor suplente, sendo ambos responsáveis por acompanhar permanentemente a prestação dos serviços objeto do presente contrato.
2. O gestor do contrato deverá proceder nos termos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, de modo a aferir os níveis de desempenho da entidade adjudicatária, a execução financeira, técnica e material do contrato.
3. Em caso de desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve o gestor comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.
4. Antes do início das funções o gestor do contrato e o seu suplente irão subscrever a declaração de inexistência de conflitos de interesse, conforme modelo previsto no n.º 7 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.
5. Sempre que seja necessário proceder à alteração dos gestores do contrato, a entidade adjudicante pode proceder à respetiva alteração, através de ato administrativo, que comunicará à entidade adjudicatária.

Cláusula 10ª

Fiscalização, controlo e avaliação do serviço prestado

A entidade adjudicante tem direito à fiscalização, controlo e avaliação dos serviços prestados, para poder aferir se os mesmos estão a ser prestados de acordo com o contrato a celebrar.

Cláusula 11.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento das obrigações previstas no presente caderno de encargos, a entidade adjudicante pode exigir à entidade adjudicatária o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento e cujo valor poderá ser até 20% do preço contratual.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa da entidade adjudicatária e as consequências do incumprimento.
3. Os incumprimentos deverão ser denunciados por escrito no prazo máximo de 48 horas a contar do seu conhecimento, e dados a conhecer à entidade adjudicatária por e-mail ou através de correio em carta registada com aviso de receção.

Cláusula 12.ª

Subcontratação e Cessação da Posição Contratual

Em sede de execução do contrato, a subcontratação pela Entidade Adjudicatária e a cessão da sua posição contratual, rege-se pelo disposto no Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 13.ª

Caução

Não há lugar à prestação de caução, nos termos do nº 2 do artigo 88º do CCP.

Cláusula 14.ª

Outros Encargos

Todas as despesas decorrentes da celebração do contrato são da responsabilidade da entidade adjudicatária.

Cláusula 15.ª

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade da entidade adjudicatária quaisquer encargos decorrentes da obtenção ou da utilização, no âmbito do contrato a celebrar, no que respeita as normas relativas à propriedade intelectual e industrial, designadamente, direitos de autor, licenças, patentes e marcas registadas, relacionadas com o hardware, software e documentação técnica que utilizará no desenvolvimento da sua atividade.

2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, a entidade adjudicatária indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 16.ª

Dever de sigilo

1. A entidade adjudicatária obriga-se a manter sigilo, inclusive após a cessação do contrato, sobre toda a informação de que venha a tomar conhecimento, por via direta ou indireta, no âmbito da prestação de serviços em causa e vincula-se a não utilizar essa informação para outros fins que não aqueles destinados direta e exclusivamente à execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. A entidade adjudicatária obriga-se ainda a assegurar que os seus colaboradores cumprem as obrigações abrangidas pelo dever de sigilo constantes do número anterior.

Cláusula 17.ª

Dados Pessoais

1. A entidade adjudicatária obriga-se a efetuar um tratamento lícito, leal e transparente dos dados pessoais, nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, e Lei nº 58/2019, de 8 de agosto, no que respeita às regras relativas à proteção das pessoas singulares, no tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.
2. Os dados pessoais devem ser recolhidos para finalidades determinadas, explícitas e legítimas, bem como ser adequados, pertinentes e limitados ao que é necessário, devendo ser apagados, findo o tempo necessário para a finalidade para o qual foram recolhidos, apenas podendo ser comunicados/transmitidos à Direção Superior da entidade adjudicante.

Cláusula 18.ª

Fusão ou extinção da entidade adjudicante

Verificando-se, nos termos da lei, a extinção ou fusão da entidade adjudicante, durante a vigência contratual, o respetivo contrato de fornecimento dos serviços objeto do procedimento poderá, sem conferir o direito a qualquer indemnização à entidade adjudicatária:

- a) Ser denunciado, a todo o tempo, mediante comunicação efetuada por escrito à entidade adjudicatária; ou
- b) Ser transmitido a outra entidade pública criada ou a criar, mediante comunicação escrita da entidade adjudicante à entidade adjudicatária, com a antecedência mínima de 10 (dez) dias, em relação à data prevista para a transmissão do contrato, ou
- c) Ser transmitido “ope legis” nos termos dos DL n.º 114-B/2024, de 26.12 e DL n.º 43-B/2024, de 02.07, da Secretaria-Geral da Economia para a Secretaria-Geral do Governo ou outra entidade que lhe suceda nas competências.

Cláusula 19.ª

Notificações e comunicações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma das partes, indicados no contrato a celebrar.
2. Qualquer alteração dos elementos de contacto deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 20.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 21.ª

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato a celebrar fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 22.ª

Legislação Aplicável

Em tudo o que for omissivo e que suscite dúvidas no contrato a celebrar, rege-se-á pela lei geral aplicável aos contratos administrativos, bem como ao regime jurídico do Código dos Contratos Públicos na redação atual e demais legislação aplicável em razão da matéria.

ANEXO

Especificações Técnicas

Os serviços a adquirir, deverão ter em conta as seguintes especificações e requisitos:

- Soluções web a considerar:
 - ✓ *SG-Economia: Portal (internet)* [enquanto estiver em curso o processo de integração, por fusão, na Secretaria-Geral do Governo];
 - ✓ *CEC.Consumidor: Portal (internet)*;
 - ✓ *DGC: Portal (internet)*;
 - ✓ *GPIAAF: Portal (internet)*;
 - ✓ *ASAE: Portal (internet)*;
 - ✓ *DGAE: Portal (internet)*;
 - ✓ *Área do Comerciante: Portal (internet)*.
- Bolsa de 80 horas, com uma distribuição mensal de horas similar, a utilizar no período contratual, para suporte continuado e manutenção corretiva, incluindo serviços de consultoria funcional, *scripting* e integrações, *SLA* 8x5 dias úteis.
- Bolsa de 360 horas, a utilizar no período contratual, para manutenção evolutiva, incluindo serviços de desenvolvimentos funcionais - análise e conceção, criação ou evolução de processos e desenvolvimento de novas funcionalidades.
- As eventuais alterações a efetuar na plataforma no contexto dos portais alojados deverão ser comunicadas para conhecimento e avaliação prévia da entidade adjudicante, podendo verificar-se, em caso de incumprimento, a eventual aplicação de penalidades contratuais.
- As funcionalidades de monitorização de disponibilidade, alarmística e segurança que a SGE, em processo de extinção, por fusão, detém sobre os serviços, deverão ser garantidos para os atuais e os novos portais em Cloud, com a disponibilização de informação em tempo real, incluindo, sempre que necessário, a disponibilização de logs a pedido.
- No novo contexto de alojamento em Cloud, deverão igualmente (a par do que é feito nos contextos on prem) ser garantidas as condições de exportação da informação em Cloud, definindo os respetivos requisitos e custos associados da transferência/upload dos dados.

A par dos restantes requisitos técnicos, deverão ser assegurados os seguintes alinhamentos:

- Utilização de mecanismos de assinatura e autenticação, obrigatórios e alternativos, disponibilizados pelo Fornecedor de Autenticação (Autenticao.gov) através da plataforma iAP, para verificação da identidade de utilizadores, incluindo Cartão de Cidadão e Chave-Móvel Digital (CMD);
- Os serviços disponibilizados no site/website/portal devem ser acessíveis, pelo menos em português e inglês, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 9.º, n.º 4 do artigo 10.º e n.º 2 do artigo 11.º do REGULAMENTO (UE) 2018/1724 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 2 de outubro de 2018, relativo à criação de uma plataforma digital única para a prestação de acesso a informações, a procedimentos e a serviços de assistência e de resolução de problemas;
- Alinhamento com a RCM n.º 46/2019, designadamente no ponto 14, abaixo transcrito:

“14 - Determinar que todas as entidades públicas da Administração Pública central devem identificar na página principal do seu sítio eletrónico e nas suas aplicações móveis a referência e hiperligação ao Portal ePortugal, cumprindo as indicações estabelecidas no manual de normas gráficas e identidade disponibilizado pela AMA, I. P.”

- Adoção das regras de usabilidade e de acessibilidade nos sítios, portais e aplicações móveis da Administração Pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 83/2018, de 19 de outubro e constantes em <https://selo.usabilidade.gov.pt>, devendo ser disponibilizada a declaração de acessibilidade prevista nos Artigos 8.º e n.º 5 do artigo 9.º, assim como preferencialmente deve ser assegurado, no mínimo, o nível de classificação 1, correspondente ao Selo Bronze.

Requisitos de Acessibilidade e Usabilidade:

No âmbito dos trabalhos a desenvolver, o adjudicatário obriga-se a garantir que os entregáveis, objeto deste procedimento, cumprem as obrigações legais, os requisitos e as melhores práticas no que se refere às áreas da Acessibilidade, Usabilidade e Experiência de Utilização dos sítios Web e das aplicações móveis, nomeadamente os seguintes fatores essenciais:

- Cumprimento do Decreto-Lei n.º 83/2018, de 19 de outubro, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) 2016/2102, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 02 de dezembro de 2016, relativa à Acessibilidade dos sítios Web e das aplicações móveis dos organismos do setor público, nomeadamente o nível de conformidade “AA” das WCAG 2.1 do W3C, que equivale à norma europeia EN 301 549 harmonizada;
- Elaboração da Declaração de Acessibilidade e Usabilidade prevista nos Artigos 8.º e n.º 5 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 83/2018, bem como as respetivas evidências, nos termos estipulados no referido

diploma legal e nos sítios Web <https://selo.usabilidade.gov.pt/index.html> e <http://www.acessibilidade.gov.pt>;

- Cumprimento do Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital (RNID), estabelecido nos termos do artigo 5.º da Lei n.º 36/2011, de 21 de junho, e aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2012, de 08 de novembro, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2018, de 5 de janeiro, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 83/2018, nomeadamente quanto à alteração da Tabela III “Tecnologias de interface Web, incluindo acessibilidade, ergonomia, compatibilidade e integração de serviços”;
- Cumprimento dos requisitos do Selo de Usabilidade e Acessibilidade e respetiva aposição, de acordo os parâmetros definidos no sítio Web <https://selo.usabilidade.gov.pt/>, devendo garantir, em conjunto com a Declaração de Acessibilidade e Usabilidade, o nível mínimo de Selo Bronze (<https://selo.usabilidade.gov.pt/bronze.html>) [caso se trate de sítio Web pré-existente e alvo de melhorias ou aplicação móvel pré-existente e alvo de renovação substancial];
- Cumprimento das melhores práticas de Acessibilidade, Usabilidade e Experiência de Utilização coligidas nos sítios Web <http://www.acessibilidade.gov.pt/>, <https://usabilidade.gov.pt/menu-interior> e <https://selo.usabilidade.gov.pt/bronze.html>.

Requisitos da plataforma que sustentem a adoção, pelas entidades envolvidas, dos procedimentos previstos no artigo 3º do Decreto-Lei n.º 49/2024, de 08 de agosto, nomeadamente no que diz respeito à seguinte medida:

Implementação de mecanismos de autenticação e assinatura disponibilizados pelo Estado em autenticação.gov, nomeadamente o cartão de cidadão e a chave móvel digital como únicos métodos de autenticação segura em todos os canais digitais de serviços públicos.